Ata da 43ª Reunião Ordinária ONLINE do 4º Ano Legislativo, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no dia 08 de outubro de 2020. Aos oito dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, via online, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a Presidência do Vereador Peter Alexandre Kneubuehler. Participando a totalidade dos senhores vereadores em sessão ordinária. Havendo quórum legal, em nome de Deus foi aberta a sessão. **ATA:** Discutida e aprovada por unanimidade a ata da 42ª reunião ordinária, do quarto ano legislativo da 18ª legislatura. **EXPEDIENTE**: Do expediente constou: Ofício 343/2020 do Executivo Municipal, encaminhando o Projeto de Lei 516/2020, Autoriza a abertura de crédito adicional extraordinário no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul; Ofício 341, em resposta ao Requerimento de Informação 228; Ofício 342, em resposta ao Requerimento de Informação 229; Ofício 344, informando a promulgação de Lei;. Ofício 345, acusando o recebimento de Requerimentos de informação e indicações; Balancete do mês de setembro da EMHAB; Requerimento de Informação 235 do vereador Fernando Mallon; Indicações 2188, 2189 e 2190 do vereador Claudiomar Wotroba; Indicações 2191 e 2192 do vereador Paulo Zwiefka e Requerimento de Certificado de Regularidade da Associação de Moradores da Vila Pilz. **Correspondência Expedida**: Os ofícios expedidos constam da pauta, que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, o senhor presidente, encaminhou para as Comissões Técnicas, o Projeto de Lei 516/2020, bem como o Requerimento de Certificado de Regularidade da Associação de Moradores da Vila Pilz. Encaminhou para a Comissão de Finanças, Contas e Orçamento o balancete do mês de setembro da EMHAB. Colocou em discussão única o Projeto de Resolução 012/2020. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler falou que devido à pandemia esse ano ficou prejudica, onde não houve praticamente nenhuma atividade com relação ao Projeto Vereadores Mirim e esse ano não terá possibilidade de se fazer eleições para o ano que vem, desta forma, esse projeto se trata da prorrogação dos mandatos dos vereadores que estão neste ano, obviamente que existem alguns alunos que fazem parte desta Câmara Mirim que irão encerrar suas atividades de suas escolas que irão sair, porém, há suplentes suficientes, em caso da falta de quórum das sessões com aqueles que permanecerem ainda nas escolas o projeto ficará suspenso ainda no ano que vem, por conta dessa impossibilidade que nos encontramos, dando oportunidade aos que estão participando foi dado essa prorrogação. Ninguém mais querendo se manifestar colocou em votação o referido Projeto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em votação única o Requerimento de Informação 235/2020. O vereador Fernando Mallon falou sobre a necessidade da implantação de um Programa de Prevenção ao Câncer de Mama na última sessão, inclusive, falou sobre a necessidade de se comprar um aparelho de mamografia, porém, fez um estudo onde segundo o IBDE a população estimada deste ano é 85.421 pessoas, sendo 50,2% do sexo feminino, representando 42.881 mulheres, destas são 3.216 mulheres com idade de 50 a 69 anos, sendo essa faixa etária que mais necessitam desse exame, o vereador continuou sua pesquisa verificando quantas mulheres dessa faixa de idade fazem uso do SUS para exames voltamos ao câncer de mama, segundo a informação coletada chegou-se ao número de 2.572 mulheres, concentrando 80% de mulheres entre 50 a 69 anos, o que acarretaria em 215 exames mensais. Alegou que a Prefeitura firmou um contrato com a empresa Digimax para realizar diversos exames de imagens, inclusive, a mamografia bilateral para rastreamento, sendo utilizado como exame preventivo, onde não há sinais e sintomas, visto que a SUS

paga R$45 por exame, há outros exames que o SUS paga uma parte e a Prefeitura outra, através da multiplicação desse valor pelo o número de exames necessários, chegou-se ao valor de R$9.675,00 mensais e R$116.100,00 anuais, porém, a Prefeitura prevê somente mil exames anuais, ou seja, não disponibilizaria o exame para todas as mulheres que precisam. Através dos dados coletados, o vereador demonstrou que é plenamente possível de se fazer um projeto melhor de prevenção em São Bento do Sul, por conta disso o vereador fez o Requerimento de Informação, questionando quantos exames foram realizados neste ano e o valor desses, entre outros questionamentos citados pelo vereador que fez leitura de seu requerimento. Através disso, expos também que não precisarão comprar um aparelho de mamografia, porque sairia muito caro, pois além dele, necessitaria de um médico laudador que receberia em média de R$15 mil. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima parabenizou o vereador Fernando Mallon por sua proposta e mostrou-se favorável devido à importância desses exames, trazendo conforto as pessoas, pois não precisarão se deslocar para outros locais para fazê-lo, e o mais importante é que são exames preventivos. O vereador Daguimar Nogueira também parabenizou o autor, pois as mulheres sofrem muito por conta desses exames e a espera é muito longa, o que pode prejudicar no possível tratamento devido à demora, fazendo com que o câncer avance, inclusive, o psicológico envolvido na situação, sendo muito importante esse tipo de parceria. O vereador Edimar Geraldo Salomon também parabenizou o autor e ficou curioso em relação às respostas que virão de seu requerimento, pois saberão como está caminhando esse contrato. O vereador Jaime Ferreira de Lima falou que como são equipamentos de alto custo e manutenção cara, além da equipe que deve se colocar, dificulta a colocação efetiva desse trabalho. O vereador Nivaldo Bogo relatou que defendem a sugestão do vereador Fernando Mallon, pois é importante buscar a redução dos custos, beneficiando a economia. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler falou que teve uma conversa com a Secretaria de Saúde e alegou que existe a possibilidade de se fazer os exames de mamografia via Cis Amunesc, onde seu valor é SUS, na época que conversaram os prestadores de São Bento do Sul queriam complemento, mas como tem o valor SUS na Cis Amunesc, a Prefeitura não pode comprar com valor maior que isso, talvez seja esse o motivo de serem apenas mil exames, mas aguarda a resposta oficial da Secretaria, visto que há também em outras cidades, porém, existem pessoas que não se disponibilizam a ir para outra cidade. O vereador Fernando Mallon falou que viu no Portal Transparência esse contrato firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Digimax São Bento, onde há previsão de vários exames, alguns com ajuda da Prefeitura e outros específicos do SUS sem complemento da Prefeitura, visto que ainda que necessitasse complemento mesmo assim seria vantajoso ter em São Bento, pois economizaria em transporte. O vereador Jairson Sabino falou que esse requerimento foi muito pertinente e importante, porém, é lamentável que os vereadores tenham que discutir esse assunto porque a Secretaria de Saúde não trata com o devido respeito, pois não precisa gastar dinheiro com divulgações dizendo que as mulheres precisam fazer esse exame, elas sabem disso, é muito dinheiro gasto com mídia, segundo o vereador, o que se deve é providenciar os exames, pois nem mesmo os exames de média complexidade são feitos aqui porque o secretário não quer e deveria ser feito aqui, assim como o de alta complexidade, além disso, há muita demora para realizarem esses exames, gerando transtornos para o usuário. O vereador Paulo Zwiefka concordou em partes com o vereador Jairson Sabino, porém, esse requerimento já teve muita discussão em cima de um requerimento de informação sem que haja respostas no

momento. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente colocou em votação o referido requerimento, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 510/2020. O vereador Jairson Sabino é contrário a Amunesc, pois cria a dificuldade para depois se vender à solução. O contribuinte não aguenta mais a formação de consórcios e associações, jogando fora o dinheiro do cidadão e a Amunesc é só mais uma, onde pagamos a cota mais cara, para garantir os direitos que já temos. Alegou que passou da hora de São Bento do Sul sair da Amunesc e ir para a Ampla Norte. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler concordou que São Bento deveria mudar da Amunesc para a Ampla Norte e foi um dos defensores disso em uma conversa, visitaram a Ampla Norte para entenderem como funciona, porém, discordou do vereador Jairson Sabino em relação a não possuir uma associação, pois precisam fazer parte de uma associação, pois isso fortalece a região. Entretanto, como São Bento do Sul está com a Amunesc, por esse motivo necessita essa autorização da Câmara de Vereadores para liberar o pagamento da Amunesc pelos trabalhos deste ano. O vereador Daguimar Nogueira relembrou sobre a batalha do vereador Peter Alexandre Kneubuehler para migrar para o Ampla Norte. Questionou o motivo dos prefeitos de São Bento e região estarem ainda na Amunesc. O vereador Nivaldo Bogo falou que esse assunto está bastante saturado, daqui a três meses terão os novos prefeitos e cabe a cada um verificar essa situação, visto que somos um dos municípios que paga um percentual maior e cabe ser discutida essa questão. Alegou que não é contrário a Amunesc, mas não conhece a estrutura, deve ser avaliado o que a Amunesc tem a nos oferecer. Colocou-se favorável ao projeto, pois o retorno é maior do que o gasto. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que se preocupa com as discussões voltadas a Amunesc, pois os vereadores já souberam dos desvios que ocorreram nessa associação, além disso, passaram por diversos períodos de recuperação devido aos rombos, dessa forma, fica com um pé atrás com a Amunesc. Relatou um pouco do tempo em que foi secretário de agricultura, onde estavam com a Ampla Norte, tiveram várias reuniões voltadas a agricultura e já na Amunesc não tiveram nenhuma, sem nenhum apoio, somente para recuperações de direitos do município, lamentou essa questão e que é completamente favorável a migração para a Ampla Norte. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 511/2020, onde o vereador Fernando Mallon se manifestou contrario a tramitação deste projeto. O vereador Fernando Mallon falou que votou contrário devido ao que está se pretendendo mudar é LDO que está em vigor, fez a leitura do artigo quinze, onde diz que não poderão pagar despesas da União ou do Governo do Estado. Fez a leitura dos artigos primeiro e segundo. Entretanto, o que está sendo colocado no momento é que a vedação do capote deste artigo não se aplica quando for firmado convênio com outros entes da federação desde que ratificado pelo Poder Legislativo, sendo assim, está dizendo que não podemos custear despesas e depois fala que depois poder, até pode, desde que os vereadores autorizem, por esse motivo é contrário, pois o estado tem que dar conta de suas obrigações ou se modifica o capote, onde autoriza o pagamento de despesas. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que esse Projeto é para fazer alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias no artigo 15, incluindo o parágrafo terceiro, o qual deveria ser de obrigação do estado, mas o município por algum motivo embasado por um projeto seria possível bancar alguns custos de outros órgãos. Falou que o vereador Fernando Mallon votou contra a tramitação, mas sua justificativa foi contra ao

projeto, questionou se há alguma ilegalidade na tramitação. O vereador Fernando Mallon falou que se o projeto de lei diz que não pode, como que depois diz que pode se os vereadores aprovarem, deveria ter algumas situações especificas, mas não tem nenhuma condicionante neste projeto, além disso, está na hora do governo do estado começar a assumir suas responsabilidades, sendo assim é contra no mérito e na questão legal. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que também é contra o município assumir responsabilidades do estado, porém, acaba-se prejudicando os munícipes quando o município não assume certas responsabilidades, por esse motivo, qualquer despesa que se ter o objetivo de assumir, deve-se passar pela Câmara de Vereadores com o projeto especifico. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler achou pertinente a colocação do vereador Fernando Mallon, porém, concordou com o vereador Marco Rodrigo Redlich, pois quando o projeto especifico for mandado para a Câmara, haverão dez vereadores para analisar o projeto. O vereador Edimar Geraldo Salomon concordou com o vereador Fernando Mallon, pois São Bento do Sul contribui sempre com o estado, mas em contrapartida não recebemos nada, inclusive, quase que o IGP teve que ir embora. E caso esse projeto seja aprovado tem que ser alterado o de 2021 também, se não perderá sentido, assim exposto também pelos vereadores Fernando Mallon, Marco Rodrigo Redlich e Peter Alexandre Kneubuehler. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 512/2020. O vereador Fernando Mallon questionou se os vereadores se atentaram para a mensagem desse Projeto de Lei, que é bem sem vergonha. Falou que há alguns recebeu ligação da secretária da Amunesc que teve reunião com o pessoal da Prefeitura, e falaram a ela que quem está causando problemas é esse vereador, falou para irem estudar um pouco para verem como é a lei de responsabilidade fiscal, para ver que precisa ter lei, tanto que o Tribunal de Contas entendeu da mesma forma e mudou seu posicionamento, isso é segurança jurídica, não pode mandar sem Projeto de Lei, sendo assim, solicitou para pararem de jogar nas costas de um ou de outro, deve se fazer certo, se fizer errado irá causar problemas e com uma mensagem dessas querem que os vereadores tenham boa vontade, com mensagens mal criadas. O vereador Edimar Geraldo Salomon também achou isso uma sacanagem, inclusive, de citar o nome do vereador Fernando Mallon como culpado e colocar uma mensagem desta forma. O vereador Jairson Sabino falou que a mensagem é pequena como o governo, apenas criando cabide de emprego e para garantir direitos tem que ter associações, agências, consórcios e institutos, o que é uma palhaçada, segundo o vereador e alegou que sempre votará contra a essas coisas. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler falou que independente de termos recebidos essa mensagem, a qual também achou que não foi bem elaborada, mas devem olhar que o município está presente na FECAN desde 1999, o qual tem sua participação e está associado neste ano, e como o povo e a Prefeitura sempre foram responsáveis a aquilo que assumem, sendo assim, como participaram neste ano também, devem efetuar o pagamento, caso não haja o desejo de pagar deve-se sair da associação e não se paga mais, mas o que já está estabelecido deve ser assumido e o município não deve ficar devendo para ninguém e solicitou a aprovação do projeto. O vereador Jairson Sabino falou que não gostaria de pagar, porque há anos já havia dito que não deveriam participar, porque concorda que não devem aplicar calote. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler concordou com a colocação. O vereador Edimar Geraldo Salomon concordou que não se deve deixar de pagar, mas devem achar uma forma de sair da

FECAN e expos que não é contra ao projeto, mas sim contra a forma que a mensagem foi colocada, expondo o vereador Fernando Mallon. O vereador Daguimar Nogueira falou que estamos com a ninhada chocando, agora não tem como escapar e essas discussões deveriam acontecer no começo do ano, pois já não queriam participar da FECAN. O vereador Fernando Mallon ironizou dizendo que a culpa é dele mesmo, que gerou uma insegurança jurídica, mas pelo contrario, o mesmo estabeleceu o que era correto. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 513/2020. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que esse projeto trata-se de um repasse do FIA, no valor de R$9.459,25 para a Associação de Pais e Professores do CEIM Raio de Sol com o projeto aprovado chamado Brinquedoteca que será implantado na unidade, reforçou a importância da doação de parte do imposto de renda e parabenizou a unidade pelo projeto. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que os projetos 513 e 514/2020 são idênticos para a mesma unidade, mas para um projeto diferente, questionou porque os dois não puderam vir juntos e um único projeto. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que cada Projeto que vai para o FIA vem para a Câmara também, não sabe precisar se há algum motivo jurídico especifico para isso. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 514/2020. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que esse projeto também trata de um repasse do FIA para a mesma unidade, mas agora para o Projeto Encontros e Brincadeiras com a Família no valor de R$12.930,33. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Devido a problemas técnicos o senhor presidente informou que o Projeto de Lei 515/2020 foi retirado de pauta e será discutido em primeira discussão na próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Legislativo 121/2020. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que se trata de uma denominação de via, uma servidão de passagem, que passa a ser nomeada como Wigando Stiegler, falará sobre o homenageado na segunda discussão do Projeto. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. O senhor presidente informou que não haverá palavra livre devido ao pouco tempo. O vereador Edimar Geraldo Salomon solicitou rapidamente intercessão dos vereadores Marco R. Redlich e Peter A. Kneubuehler na Rua Gertrudes Boldt, para dar condições de passagem. O senhor presidente falou que irão verificar essa situação. Não havendo mais nada a ser tratado o senhor presidente encerrou esta, mandando lavrar a ata e convocou todos os vereadores para a próxima sessão ordinária que acontecerá no dia 15 de outubro, às 19h. Sala das sessões 08 de outubro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Presidente

EDIMAR GERALDO SALOMON
Vice-Presidente

MARCO RODRIGO REDLICH
Primeiro Secretário

DAGUIMAR NOGUEIRA
Segundo Secretário

PAULO ZWIEFKA

CLAUDIOMAR WOTROBA

FERNANDO MALLON

JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA

JAIRSON SABINO

NIVALDO BOGO